

## &gt;&gt;&gt; DEBATES DO OPOVO

## Deu Brasil, deu Telebras

**MAURO OLIVEIRA**  
PhD em Telecomunicações e  
secretário de Telecomunicações  
do Ministério das Comunicações  
em 2004/2005

Soubes de supetão por um amigo. "Você cantou a pedral", disse-me ele. A sensação foi daquelas inevitáveis, que transcendem o discurso, quando o verde-amarelo sobe ao pódio comemorando mais uma do Brasil. O fato relevante, anunciado em 4 de maio de 2010 por Jorge da Motta e Silva, presidente da Telebras, elevou-me o espírito. Por ele, a Telebras passa a integrar o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) que até 2014 "iluminará" 30,8 mil km de fibra óptica, cobrindo 4.200 municípios - projeto similar ao Cinturão Digital do Governo do Ceará, que, ainda em 2010, conectará 82% da população urbana do Estado.

Caberá à Telebras implementar a rede privada de comunicação federal e, principalmente, levar Internet a lugares onde não haja oferta adequada das empresas de telecomunicações. Significa dizer que, em qualquer local do território nacional onde fique constatado que o serviço oferecido pelas operadoras é ruim ou considerado caro, a Telebras será chamada a atuar. Naturalmente, essa batida de martelo do Governo Lula não agradou as grandes concessionárias de telefonia, que estão entre as empresas que mais faturaram no governo. Entre 2004 a 2010, esses valores ultrapassam R\$ 4 bilhões, segundo o Portal de Transparência Pública dos Recursos Federais.

Nos artigos "O perigo é ter medo" e "A Telebras e o novo da Telecom", publicados no Correio Braziliense (22/6/2009 e 10/3/2009), argumentamos a favor da legitimidade do comunicado de Jorge Motta. Dizíamos, na ocasião, que "Rei está nu" no cenário brasileiro de inclusão digital devido, dentre outras, ao descumprimento do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), um dos pilares da privatização do setor de telecomunicações do País.

A exemplo da decisão histórica do Decreto 4.901, de 11/2003, que instituiu a TV digital voltada aos interesses nacionais, a revitalização da Telebras é outra decisão corajosa e patriótica

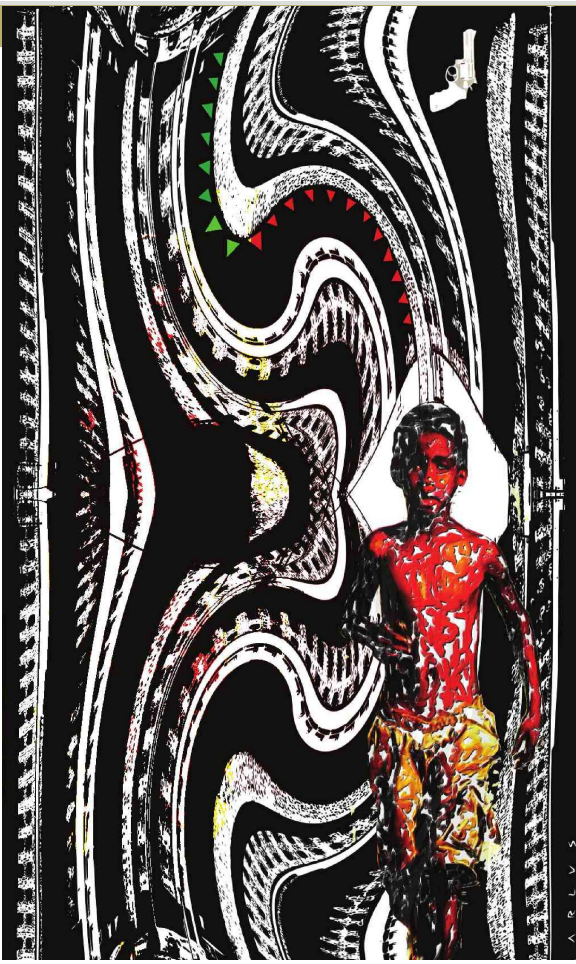
Na verdade, a Telebras poderá conduzir uma política nacional de inclusão digital voltada para o atendimento social das múltiplas marginalizações, capaz de criar novas ações e de reger as existentes, dispersas no país. Precisamos também de uma articulação capaz de identificar oportunidades no mercado internacional para projetar ações nacionais inovadoras, como a concepção do modelo brasileiro de TV Digital, hoje adotado em praticamente toda a América do Sul e a caminho da África.

No artigo "A Telebras e a vez do Brasil", publicado na Gazeta Mercantil (5/3/2009), destacamos a coragem do presidente da Telebras quando dizia a quem não interessava a revitalização da Telebras. Há de se reconhecer sua determinação ao pegar o "espólio" sem rumo em 2004 da Telebras e evitar que essa marca, de valor intangível construído por muitos brasileiros, fosse soterrada sem maiores questionamentos pelos interessados de plantão. E concluímos no artigo: "a Telebras é a bola da vez da inclusão digital".

A exemplo da decisão histórica do Decreto 4.901, de 11/2003, que instituiu a TV digital voltada aos interesses nacionais, a revitalização da Telebras é outra decisão corajosa e patriótica do presidente Lula. Mais uma vez deu Brasil, deu Telebras!

## O espetáculo da mobilidade

O Sistema de Integração dos Transportes (SIT), conhecido como "terminais", foi criado em Fortaleza no ano de 1992, no mandato do ex-prefeito Juraci Magalhães, com o intuito de integrar a metrópole, contribuindo para um redimensionamento dos fluxos de seus habitantes. Desta forma, o SIT tem a finalidade de articular os bairros em que seus terminais estão instalados entre si, visto que antes da implementação destes as linhas de origem e destino dos ônibus estavam em sua maioria direcionadas ao Centro de Fortaleza, uma vez que os fluxos da população fortalezense para esta centralidade eram emergenciais para todas as classes devido à importância econômica, política, cultural e de lazer que o Centro exerce no contexto urbano da cidade.



## Ronda social

**ARIOSTO HOLANDA**  
Deputado Federal PSB-CE

O governador Cid Gomes, preocupado com a onda de violência e de insegurança que ameaça a população, implantou uma ação policial de repressão, conhecida como Ronda do Quarteirão. Importante e oportuna. Mas, como a violência continua crescente, devemos considerar que a ação efetiva da polícia irá implicar num elevado número de presos e na falta de presídios.

É urgente a associação dessa Ronda com outra que chamo de Ronda social. Essa, com o apoio do governo e da sociedade, deve se voltar para analisar e identificar as causas da marginalidade e propor soluções. Muitos apontam como causas principais o desemprego, o analfabetismo, a droga, a perda dos valores morais, etc.

Alguns chegam a apontar a falta do trabalho como a causa maior. O que esperar de uma família onde ninguém trabalha? E respondendo: a adolescente irá se prostituir; o garoto irá vender droga e o homem se transformará no animal predador. Chegamos a essa situação porque optamos por um modelo concentrador de renda e destruidor de valores humanos e éticos. Crescimento econômico não significa desenvolvimento social.

O crescimento está preocupado com os valores relacionados com a riqueza, aumento do Produto Interno Bruto (PIB). O desenvolvimento tem o foco nos indicadores sociais relacionados com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), emprego, renda,

saúde, educação, justiça social etc.

O crescimento mesmo que acelerado não é sinônimo de desenvolvimento social se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua a desigualdade. Os últimos indicadores mostram que se de um lado o Brasil cresce em riqueza para ser a 5ª potência do mundo, de outro, ele está caindo da 65ª posição de IDH para a 71ª. Para agravar essa situação, 10% da população detém 50% da riqueza do País.

Sob a ótica do desenvolvimento social a geração de trabalho deve ter prioridade. Propostas como a de compras governamentais, capacitação, assistência tecnológica às micro e pequenas empresas surgem como políticas públicas desenvolvimentistas e fundamentais. Num estado democrático, regulador de uma economia mista, o objetivo do desenvolvimento deve ter o homem como ponto de partida, observando o seu direito à educação e trabalho.

O verdadeiro desafio está em romper essa lógica de crescimento que resulta em desemprego e exclusão, substituindo-a por outra que garanta o emprego. As políticas sociais e econômicas devem visar não só a riqueza, mas o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida.

A convivência humana pacífica e fraterna, tornou-se utópica; perdemos o respeito pelo homem. A justiça, que deveria brotar desse respeito, deixa de surgir. Existe um frenesi incontrolado para o consumo.

A sociedade passa por crise dos valores éticos, pela tentação de acreditar que não vale a pena agir corretamente. A depravação invade o mais profundo das pessoas e instituições. Se houvesse mais fraternidade humana não teríamos famílias desperdiçadas buscando o seu direito à vida. Essa é a grande missão da Ronda social: identificar os problemas sociais e propor soluções.

**MARIANA FERNANDES MENDES**  
Geógrafa e mestre em Geografia  
mariana.mendes@ig.com.br

Contudo, o Centro de Fortaleza ainda é o local onde estas efervescências acontecem, entretanto, esta centralidade se restringiu às classes populares, já que as classes médias passaram a usufruir de outras centralidades. Apesar das transformações que ocorreram em Fortaleza desde a criação dos "terminais" com um sistema tronco-alimentado com dois tipos de linhas (as que fazem a integração bairro-terminal e as linhas que integram o terminal ao Centro da cidade ou ainda a outro terminal), os mesmos

apresentam-se defasados e obsoletos perante a convergência dos fluxos da metrópole, sobretudo para receber o espetáculo da Copa de 2014. Daí a necessidade emergencial por parte do Governo do Estado e da Prefeitura de Fortaleza de concluir o Metrofer e operacionalizar as obras do Transfor, visto que há uma grande expectativa que sensibiliza a sociedade cearense e a população fortalezense no contexto do desenvolvimento local. Entretanto, são mais de dez obras megalomânicas em todo o Estado que estão previstas para serem realizadas em pouco menos de cinco anos e até agora poucas destas foram iniciadas, inquietando-nos a durabilidade do tempo destas obras.

Logo, resta-nos acompanhar cuidadosamente o acontecimento destas intervenções de caráter público e se estas de fato estarão direcionadas

## Belo Monte e o Nordeste

**CÁSSIO BORGES**  
Engenheiro civil e especialista em  
recursos hídricos e barragens

borgescassio@hotmail.com

Cerca de 56% da matriz energética brasileira ainda está apoiada no petróleo e seus derivados, fonte altamente poluente, extremamente cara, além de estar instalada num período de esgotamento de suas reservas. Na década de 70, o preço do barril de petróleo era de apenas US\$ 2. Atualmente, o preço oscila em US\$ 40 e US\$ 50, bem distante dos US\$ 147,50 atingidos em julho de 2008, antes da crise financeira global, quando todos os países perceberam a necessidade de rever suas matrizes energéticas e implantar uma menos dependente do petróleo.

A construção da Usina de Belo Monte, no Rio Xingu, representa um passo importante para superar crises energéticas como a que castigou o Brasil em 2001, ou como se prognostica: "para evitar o caos energético que se avizinha no horizonte do País."

A Usina de Belo Monte, no Estado do Pará, terá 11.181 megawatts (MW) de capacidade instalada e toda a energia gerada será interligada ao sistema energético brasileiro. Sua bacia hidrográfica, que já foi de 1.200 km², foi reduzida para apenas 440 km², dos quais 200 km² já são inundados pelas cheias normais do Rio Xingu. Portanto, a Usina de Belo Monte será ao "fio d'água", não havendo necessidade da construção de reservatórios.

Para que o leitor tenha uma ideia da área que vai ser inundada pela Usina de Belo Monte, fazemos a seguinte comparação: o espelho d'água da Barragem do Castanhão, no Estado do Ceará, quando cheia, inundará uma área de 550 km² tendo submergido uma cidade inteira, além de vilas e povoados e deslocou, no total, 15 mil pessoas. O que representa 200 km² na imensidão da Floresta Amazônica? O desmatamento de mais de 10 mil km² naquela região, em um único ano, preocupa.

Para nós, nordestinos, Belo Monte representa passo importante no sentido de liberar o Rio São Francisco para que suas águas venham a ser usadas de forma mais intensiva para atender às escassas disponibilidades hídricas de nossa região

Para nós, nordestinos, a Usina de Belo Monte representa um passo importante no sentido de liberar o Rio São Francisco para que suas águas, no futuro, venham a ser usadas de forma mais intensiva para atender às escassas disponibilidades hídricas de nossa Região. Atualmente, a finalidade principal tem sido para a geração de energia. Esta ideia tem por base a tese de que é mais fácil transportar energia do que água visto que esta última solução exige uma série enorme de obras hidráulicas e elevatórias eletromecânicas com impactos econômicos e sociais de grande magnitude.

No nosso entendimento, no caso da Usina de Belo Monte, devem prevalecer os interesses maiores do povo brasileiro que será o grande beneficiado pela construção desse empreendimento, desde que a população atingida seja devidamente esclarecida e compensada. A justiça social entende assim.

A propósito, o Ceará possui o maior potencial para geração de energia eólica do Brasil, "o equivalente a seis usinas de Itaipu", mas enfrenta sérios desafios tendo em vista ações de órgãos públicos fiscalizadores e concedentes. Temos conhecimento que os investidores - a maioria estrangeiros - estão preferindo fazer este tipo de investimento em outros estados menos exigentes.

ao atendimento dos interesses da maioria da população de Fortaleza. Se seus cidadãos serão beneficiados com a melhoria e a qualidade do transporte coletivo ou se estas intervenções serão mais uma prova cabal das corruptas licitações de obras públicas que movimentam vultosos investimentos fraudando os valores reais que estas demandam. Se haverá acordos com as famílias que serão desapropriadas de suas residências para os alargamentos das avenidas ou se as negociações serão de forma truculenta, recuando a população pobre dos eixos de acesso sem nenhuma indenização, maquiando os reais problemas que a cidade enfrenta para os turistas torcedores.

Mariana Fernandes Mendes é professora do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e diretora da Associação de Geógrafos do Brasil - Seção Fortaleza